



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2023

Montepio Tesouraria

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto**

Fundo

Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@gestaoactivos.montepio.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 11 de abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global de 2,8% para 2023, ligeiramente menos (-0,1 p.p.) do que o projetado em janeiro e representando um abrandamento face aos 3,4% estimados para 2022.

De facto, apesar de, no cenário-base, o FMI prever uma melhoria ligeira do crescimento do PIB mundial em 2024, para 3,0% (revisto dos +3,1% previstos em janeiro), perspetiva depois a manutenção do ritmo de expansão global até 2027.

Trata-se do pior cenário em décadas, sublinhou o FMI, depois de a economia mundial ter crescido a uma média de 3,9% na 1.ª década do século XXI e de 3,7% na 2.ª década, até 2019, o último ano pré-pandemia.

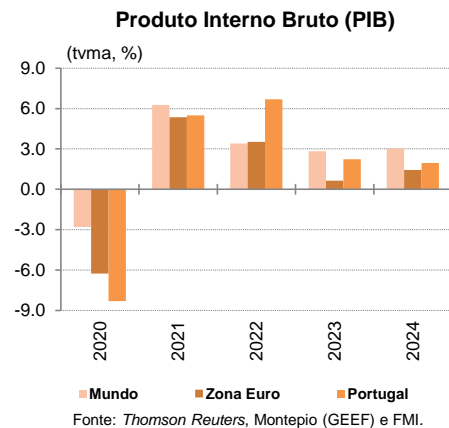
Em termos das principais economias mundiais, o FMI reviu em alta o crescimento de 2023 dos EUA (+0,2 p.p., para +1,6%), da Zona Euro (+0,1 p.p., para +0,8%), da Rússia (+0,4 p.p., para +0,7%) e do Reino Unido (+0,3 p.p., para -0,3%), mas em baixa do Japão (-0,5 p.p., para +1,3%), da Índia (-0,2 p.p., para +5,9%)

e do Brasil (-0,3 p.p., para +0,9%), enquanto o da China foi mantido (em +5,2%).

Segundo o FMI, as perspetivas económicas anémicas refletem o aperto monetário necessário para controlar a inflação, tarefa que o FMI espera apenas que fique concluída em 2025, assim como a deterioração nas condições financeiras, a continuação da guerra na Ucrânia e uma crescente fragmentação geoeconómica, que poderá aumentar as tensões comerciais, reduzir o investimento direto e atrasar a inovação. O abrandamento estará concentrado nas chamadas economias avançadas, que, em conjunto, deverão crescer apenas 1,3% em 2023.

Parte da descida nas expectativas de médio prazo também reflete o expectável abrandamento de economias como a da China e da Coreia do Sul, à medida que convergem com o resto do mundo.

Este cenário base do FMI assume a ausência de perturbações relevantes na estabilidade financeira, após a queda de alguns bancos regionais norte-americanos e do colapso do Credit Suisse. Todavia, o FMI considera que num cenário de maior *stress* financeiro, o crescimento mundial não irá além de 2,5% e o das economias avançadas ficará abaixo de 1,0%.



Relativamente à inflação mundial, o FMI considera que a inflação deverá cair de 8,7% em 2022 para 7,0% em 2023 (revisto 0,4 p.p. em alta face às previsões de janeiro), devido aos preços mais baixos das *commodities*, mas a inflação subjacente (*core*) provavelmente cairá de forma mais lenta, pelo que o regresso da inflação à meta das principais autoridades monetárias é, na opinião do FMI, improvável antes de 2025, na maioria dos casos.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2023 a exhibir uma estabilização em cadeia no 1.º trimestre, depois da descida de 0,1% registada no 4.º trimestre de 2022, evitando a entrada da economia da Zona Euro em situação de recessão técnica (na 2.ª e 3.ª estimativas chegou a ser reportada uma queda de 0,1%). Entretanto, o PIB terá regressado aos crescimentos no 2.º trimestre, perspetivando-se uma ligeira aceleração ao longo dos trimestres seguintes, mas com a Zona Euro a dever ter voltado a abrandar no conjunto de 2023, para um crescimento de cerca de 0,7% (depois das expansões de 3,5% e 5,3% em 2022 e 2021, respetivamente).

A economia mantém-se condicionada pelo contexto de elevada inflação e consequente subida das taxas de juro por parte do BCE.

As previsões das principais entidades públicas nacionais e internacionais para o crescimento económico em 2023 têm vindo a ser tendencialmente revistas em alta: o FMI aumentou a sua previsão de 0,7% para 0,8% em 11 de abril, a Comissão Europeia subiu em 15 de maio a sua previsão de 0,9% para 1,1% e a OCDE reviu de 0,8% para 0,9% em 7 de junho, ao passo que o BCE reviu ligeiramente em baixa de 1,0% para 0,9% em 15 de junho. De notar que as previsões destas entidades poderão estar um pouco sobrestimadas, na medida em que não terão tido em consideração o pior arranque de ano registado pela economia (as estimativas iniciais do PIB do 1.º trimestre haviam reportado uma ligeira expansão de 0,1%).

Ao longo do 1.º semestre deste ano, assistiu-se a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o primeiro semestre de 2023 nos 5,5%, mas com a inflação subjacente a revelar uma maior resiliência, tendo inclusive fechado o semestre num nível (+5,4%) acima do observado no final de 2022 (+5,2%), depois de ter atingido um pico de 5,7% em março.

Face a este contexto de persistência da inflação subjacente, e às perspetivas de que a inflação permaneça demasiado elevada durante demasiado tempo, o BCE deu, durante o 1.º semestre do ano, continuidade ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras iniciado em meados de 2022, tendo aumentado essas taxas em 150 p.b. (50 p.b. em fevereiro e em março e 25 p.b. em maio e em junho). Trata-se já do ciclo de subida de taxas de juro do BCE mais agressivo, com as taxas de referência a aumentarem 400 p.b. em cerca de 11 meses (entre julho de 2022 e junho de 2023). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o 1.º semestre do ano nos 4,00% e a taxa de depósitos nos 3,50%.

Economia Portuguesa

O PIB português iniciou o ano de 2023 a exibir uma forte e inesperada expansão em cadeia de 1,6% no 1.º trimestre, acelerando bastante face ao trimestre anterior (+0,3%) e renovando níveis máximos históricos da série trimestral (iniciada em 1978), ficando 4,4% acima do PIB do 4.º trimestre de 2019, antes do início da pandemia. A economia foi muito suportada pelo forte contributo positivo das exportações líquidas, nomeadamente de turismo.

Já para o 2.º trimestre estima-se *grosso modo* uma estabilização em cadeia da atividade económica, antevendo-se depois crescimentos modestos nos 3.º e 4.º trimestres, refletindo também o facto do forte crescimento no 1.º trimestre (tal como sucedeu em 2022) poder ter igualmente resultado de problemas estatísticos de medição da atividade económica.

Em termos anuais, depois de o PIB ter registado um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,5% em 2021 e a diminuição histórica de 8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica), perspetiva-se um mercado abrandamento do crescimento em 2023, para um crescimento no intervalo [+1,7%; +2,7%], com o centro do intervalo a encontrar-se abaixo da última previsão do Governo (o Ministro das Finanças anunciou, em 14 de julho, uma revisão em alta do crescimento do PIB português em 2023, dos +1,8% assumidos no Programa de Estabilidade (PE) 2023-27, em abril, para +2,7%), estando igualmente abaixo dos 2,7% previstos em junho pelo Banco de Portugal (BdP), dos 2,4% projetados em maio pela Comissão Europeia, dos 2,5% previstos em junho pela OCDE e dos 2,6% perspetivados em maio pelo FMI.

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e praticamente a nível global, depois do forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, assistiu-se em Portugal, durante o 1.º semestre, também a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022, com a inflação homóloga a fechar o 1.º semestre de 2023 nos 4,7% (beneficiando também do corte da taxa de IVA para 0% de vários bens alimentares essenciais), ainda elevada (e acima do *target* de +2,0% do BCE), mas já bem abaixo do observado no final de 2022 (+9,8%), bem como do pico máximo de 10,6% registado em out/2022.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma diminuição da taxa de desemprego ao longo do 1.º semestre, dos 6,8% de dezembro de 2022 para 6,4% em maio de 2023, após um pico máximo de 7,1% observado logo no início do ano, mas perspetivando-se, em termos anuais, uma subida desta taxa, dos 6,0% verificados em 2022 para 6,6% em 2023 (em linha com o previsto pelo FMI, estando ligeiramente acima dos 6,5% previstos pela Comissão Europeia e abaixo dos 6,8% estimados pelo BdP e dos 7,4% projetados pela OCDE).

As finanças públicas continuaram a beneficiar do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, com os dados da execução orçamental já disponíveis (referentes ao 1.º trimestre, na ótica da contabilidade nacional, e até

ao mês de maio, na ótica da contabilidade pública) a evidenciarem melhorias do saldo orçamental face ao período homólogo (mesmo tendo em conta as medidas de apoio lançadas pelo Governo para suportar o rendimento real das famílias), sugerindo uma nova redução do défice orçamental (em % do PIB) em 2023, dos 0,4% observados em 2022 para um valor abaixo do assumido pelas últimas previsões oficiais do Governo (-0,4% no PE 2023-27 de abril), perspetivando-se igualmente a manutenção da trajetória descendente do rácio da dívida pública sobre o PIB iniciada em 2021.

Depois do agravamento do défice da balança corrente em 2022, dos 0,8% do PIB observados em 2021 para 1,3%, nomeadamente em resultado da subida dos preços das *commodities* importadas, designadamente da energia, perspetiva-se uma redução do défice em 2023, beneficiando, em particular, da forte melhoria do saldo da balança comercial (de bens e serviços) observado no 1.º trimestre do ano.

A taxa de poupança dos particulares desceu em 2022, dos 9,9% em 2021 para 6,5%, prolongando a trajetória de redução iniciada já em 2021 (em 2022 exacerbada pelo aumento da inflação), e deverá voltar a cair em 2023, a avaliar designadamente pelos dados já disponíveis (desceu no 1.º trimestre de 2023 dos 6,5% observados no 4.º trimestre de 2022 para 5,9%).

Mercados Financeiros

No 1.º semestre do ano assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada em meados de outubro de 2022, embora num contexto de abrandamento da atividade económica, apesar de menos severo do que o esperado, tendo-se assistido a diversas revisões em alta de várias entidades nacionais e internacionais para o crescimento económico em Portugal.

No entanto, a maior economia da Zona Euro (Alemanha) entrou em recessão técnica entre o 4.º trimestre de 2022 e o 1.º trimestre de 2023, com a redução dos rendimentos reais das famílias, resultantes da elevada inflação e o impacto sobre a procura agregada do endurecimento da política monetária por parte dos bancos centrais, para fazer frente à inflação.

O sentimento dos mercados acabou por beneficiar também dos crescentes sinais de que a Europa, para além de ter evitado uma crise de gás no inverno, também evitará no próximo, das expectativas relativamente ao impacto favorável nas contas das empresas (sobretudo das empresas tecnológicas) dos recentes e rápidos desenvolvimentos ao nível da inteligência artificial (IA), da continuação das expectativas favoráveis relativamente aos efeitos da reabertura comercial da China (patente na tendência de melhoria dos dados de atividade desde início do ano) e da expectativa de que o Governo chinês irá avançar com um pacote de estímulos para revitalizar economia, bem como dos bons resultados apresentados pelas empresas norte-americanas no 1.º trimestre do ano.

Os principais **índices de ações** dos EUA registaram fortes subidas durante o 1.º semestre, com o *S&P 500* a avançar 15,9%, mas não recuperando ainda totalmente da queda de 19,4%

observada em 2022. O *Nasdaq* exibiu uma subida ainda maior (+31,7%), que representou o melhor desempenho dos últimos 40 anos num 1.º semestre, sendo suportado pelo *rally* nas cotadas da inteligência artificial, ao passo que o *Dow Jones* recuperou menos (+3,8%). Na Europa, o *Eurostoxx 50* subiu 16,0%, com o índice português PSI a valorizar 3,4%. O comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias [a maior subida coube ao italiano FTSE MIB (+19,1%) e a menor ao britânico FTSE 100 (+1,1%), este último particularmente prejudicado pela elevada inflação britânica e pela necessidade de mais subidas de taxas]. O índice *MSCI* global valorizou 12,8% no 1.º semestre (-19,8% em 2022), aproximando-se dos níveis máximos históricos registados em 16/11/2021, embora fechando o 1.º semestre ainda 10,0% abaixo desses níveis.

As **yields da dívida pública de referência** subiram nas principais economias, mas somente nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas, tendo descido ligeiramente nos prazos mais longos. Na **Alemanha**, as *yields* a 2 anos aumentaram 43 p.b., para 3,196%, mas desceram 18 p.b. nos 10 anos, para 2,392%, ficando, no último caso, 36 p.b. abaixo dos níveis máximos desde abril de 2011 observados durante o semestre em análise (em 02/03/2023), embora permanecendo bem acima dos níveis mínimos históricos (-0,856%) registados em 09/03/2020. Nos **EUA**, as *yields* a 2 anos subiram 47 p.b. para 4,895%, mas tendo descido 4 p.b. nos 10 anos, para 3,837%, ficando 41 p.b. abaixo dos máximos desde junho de 2008 registados em 24/10/2022, embora continuando bem acima dos mínimos da série iniciada em 1979 registados em 04/08/2021 (0,507%).

A subida das taxas de juro de curto prazo nos EUA conduziu já aos declives mais negativos desde o início dos anos 80, medidos pela diferença entre as *yields* a 10 anos, por um lado, e as *yields* a 2 anos e as taxas de juro a 3 meses, por outro, sendo que as últimas 5 recessões nos EUA foram sempre precedidas de declives negativos entre as *yields* a 10 anos e as taxas a 3 meses.

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de desagravamentos também nos **spreads das yields da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro**, com a Grécia a destacar-se pela positiva (-77 p.b., para um *spread* de 128 p.b.), seguida de Itália (-46 p.b., para 168 p.b.) e de Portugal (-28 p.b., para 73 p.b.), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha (-10 p.b., para 99 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, no ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE, as **taxas Euribor** apresentaram também marcadas subidas no 1.º semestre (+145 p.b. nos 3 meses, +121 p.b. nos 6 meses e +84 p.b. nos 12 meses), depois de já terem observado em 2022 os maiores aumentos num ano desde o início das séries históricas em 1999 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses) e após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro de 2021). As taxas Euribor fecharam o 1.º semestre, sensivelmente, em máximos desde novembro de 2008 e em terreno positivo em todos os prazos

(3,577% nos 3 meses, 3,900% nos 6 meses e 4,134% nos 12 meses), depois de já o terem feito em 2022, o que não sucedia desde o início de 2015.

Já os índices gerais de **commodities** registaram descidas, com o índice compósito *CRB Index* a recuar 5,7% e o *GSCI* 11,4% (depois das fortes subidas de 19,5% e 8,7% observadas em 2022), sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu a maior queda, de 14,8%), num contexto de descidas dos preços do *brent* e do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 12,8% e 12,0% (os preços do gás na Europa caíram 50,4% face ao fecho de 2022, após terem subido 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o 1.º semestre num nível já 88,2% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022), das agrícolas (-14,6%, para mínimos desde setembro de 2021) e dos metais de base (-9,6%), sendo, no entanto, suportado pelo gado (+14,3%, para máximos desde julho de 2014) e pelos metais preciosos (+4,7%).

Principais Riscos e Incertezas para 2023

No *WEO* de 11 de abril, o FMI realçou que as previsões económicas apresentadas assumiam a hipótese de estabilidade do sistema financeiro, após a queda de alguns bancos regionais norte-americanos e do *Credit Suisse*, reconhecendo, nesse sentido, o risco de um cenário de maior *stress* financeiro, que provocaria um crescimento mundial abaixo do antecipado.

Segundo o FMI, a instabilidade observada no sistema financeiro durante o 1.º semestre representou uma lembrança dos desafios causados pela interação entre a política monetária e as condições financeiras mais restritivas e a acumulação de vulnerabilidades, considerando que os riscos à estabilidade financeira aumentaram significativamente.

O FMI lembrou que, no seguimento da crise financeira global, os mercados aumentaram a exposição a risco de liquidez, duração e crédito para fazer face aos baixos juros, volatilidade limitada e ampla liquidez, referindo que esta estratégia permitiu impulsionar as rendibilidades, mas também as vulnerabilidades no sistema financeiro. Os riscos consubstanciaram-se na queda de alguns bancos regionais norte-americanos, como o *Silicon Valley Bank* e o *Signature Bank*, bem como na venda para evitar a falência do *Credit Suisse*.

Apesar de o FMI afastar dúvidas sobre a eficácia das mudanças regulatórias levadas a cabo após a crise financeira (especialmente em relação aos grandes bancos) em tornar o sistema mais resiliente, mantém as preocupações sobre as vulnerabilidades que podem estar escondidas, não só nos bancos, mas também nos intermediários financeiros não bancários, como fundos de investimento, de pensões ou seguradoras.

Segundo o FMI, o sistema financeiro está a ser testado face ao contexto de inflação mais elevada e subida das taxas de juro, numa altura em que a evolução dos preços continua acima da meta dos bancos centrais, sendo que a emergência de *stress* nos mercados financeiros observada no 1.º semestre (especialmente em março e em maio) acabou por vir dificultar a tarefa das autoridades monetárias. Ainda assim, o FMI reconheceu que a disponibilidade de ferramentas

permite aos bancos centrais separarem os objetivos de política monetária dos de estabilidade financeira, permitindo continuar o aperto monetário para fazer face às pressões inflacionistas.

Ao nível nacional, a economia deverá ver-se também condicionada pelos riscos identificados sobre a economia global, sendo que, segundo a análise do Banco de Portugal no Relatório de Estabilidade Financeira de maio, no atual quadro de incerteza e de normalização da política monetária, as principais vulnerabilidades e riscos para a estabilidade financeira são: i) a turbulência acrescida nos mercados financeiros internacionais, implicando potenciais efeitos de contágio entre os ciclos financeiro e económico (uma eventual aversão ao risco mais generalizada teria impactos adversos sobre os custos de financiamento, a valorização dos ativos e a atividade económica); ii) uma trajetória menos favorável para o rácio da dívida pública (um enquadramento económico e financeiro potencialmente mais adverso, com menor crescimento económico e maior persistência da inflação, que motive uma reação mais restritiva e duradoura das autoridades monetárias, aumenta os riscos do elevado endividamento); iii) o potencial incumprimento das famílias mais vulneráveis, devido à inflação elevada, à subida das taxas de juro de curto prazo e a um potencial agravamento da taxa de desemprego (a preponderância da taxa de juro variável nos empréstimos à habitação em Portugal leva a que a subida das taxas de juro se traduza num aumento no curto prazo dos encargos com a dívida); iv) o potencial incumprimento das empresas mais vulneráveis (apesar da evidência recente de resiliência do setor, um contexto económico e financeiro mais desfavorável, caracterizado por menor crescimento económico e taxas de juro mais elevadas, fará aumentar a percentagem de empresas em vulnerabilidade); v) o arrefecimento no mercado imobiliário residencial, com impacto sobre os preços e sobre o valor do colateral de créditos garantidos por imóveis (a subida das taxas de juro contribuirá para a desaceleração dos preços no mercado imobiliário residencial em Portugal); vi) a materialização dos riscos de mercado e de crédito para o setor bancário.

De notar que o referido aumento da restritividade da política monetária, as ainda elevadas pressões inflacionistas, o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas e também o fim dos programas de moratórias, continuarão a ser desafios particularmente relevantes em 2023, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, potenciando o avolumar de insolvências em alguns setores de atividade.

Com a perspetiva de ainda não se ter concluído o ciclo de subidas de taxas de juro dos principais bancos centrais e de manutenção das taxas de juro em níveis elevados por um maior período, poder-se-á assistir a correções nos preços dos ativos financeiros e imobiliários, assim como o agravamento do risco de crédito.

A par dos riscos elencados, a regulação crescente sobre os temas dos riscos climáticos e seu tratamento, os impactos da rápida transformação tecnológica e as necessidades crescentes de investimento em cibersegurança (em jan-23 foi publicado o regulamento “*Digital Operational Resilience Act - DORA*” com período de implementação de 24 meses), poderão igualmente impactar no ritmo de crescimento da atividade.

Evolução da atividade

O Fundo Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, doravante denominado Fundo ou Montepio Tesouraria, iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993, visando constituir um fundo com obrigações, numerário, depósitos bancários, papel comercial e unidades de participação (UP) de outros fundos de investimento. A carteira incluirá ativos de mercados emergentes (cotados em bolsas de valores da União Europeia), cujo valor total será inferior a 10% do valor da carteira e investirá em títulos de dívida de obrigações de Empresas ou de Estados com qualidade creditícia de “*investment grade*”.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Política de Investimento

O património do Fundo é constituído por obrigações, numerário, depósitos bancários, papel comercial, UP de outros fundos de investimento. O Fundo detém, em permanência, entre 50% e 85% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses, não podendo os depósitos bancários exceder 50% do valor líquido global do Fundo.

Face às características do Fundo, as aplicações em obrigações de taxa fixa (incluindo os ativos subjacentes a futuros de taxa de juro) não representam mais do que 25% do valor global da carteira, a qual incluirá ativos de mercados emergentes (cotados em bolsas de valores da União Europeia), cujo valor total será inferior a 10% do valor da carteira.

O Fundo investirá em títulos de dívida de obrigações de Empresas ou de Estados com qualidade creditícia de “*investment grade*”, recorrendo a informação financeira considerada relevante e adequada ao processo de investimento, tendo presente os objetivos de risco e retorno.

O Fundo pode deter ativos denominados em moedas não Euro, mas recorrerá aos instrumentos derivados financeiros adequados para a cobertura total do risco cambial. Adicionalmente, e com carácter pontual, o Fundo pode utilizar instrumentos financeiros derivados com finalidade de cobertura de risco de taxa de juro.

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do Fundo no 1º semestre de 2023 foi de 1,00%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2013	0,86%	0,15%	Classe 1
2014	0,36%	0,43%	Classe 1
2015	0,46%	0,27%	Classe 1
2016	0,47%	0,33%	Classe 1
2017	0,59%	0,11%	Classe 1
2018	-1,05%	0,30%	Classe 1
2019	0,33%	0,22%	Classe 1
2020	-0,32%	1,47%	Classe 2
2021	-0,59%	0,05%	Classe 1
2022	-1,29%	0,39%	Classe 1

As rendibilidades apresentadas, calculadas com base no último dia útil de mercado de cada ano, constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das UP pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

A categoria de risco indicada, calculada de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020, não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Igualmente de notar que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do Fundo resulta da variação do valor dos ativos em que o Fundo investe, nomeadamente obrigações, instrumentos de mercado monetário e UP de fundos de investimento.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do Fundo era, a 30 de junho de 2023, de 42,6 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP em circulação	Valor da UP (€)
2018	56 121 162,50	590 359,2456	95,0627
2019	79 818 919,52	836 867,6383	95,3782
2020	61 622 118,59	648 159,3601	95,0725
2021	49 681 110,40	525 684,4785	94,5075
2022	43 193 720,03	463 016,5822	93,2876
30/06/2023	42 586 091,41	452 007,0718	94,2155

Comissões suportadas pelos Participantes do Fundo

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do Fundo, conforme identificado no Prospeto: comissão de subscrição e comissão de resgate de 0%.

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do Fundo, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2023.

	2020	2021	2022	30/06/2023
Proveitos	1 692 877,95	293 915,95	544 335,26	833 641,71
Custos	2 045 445,49	625 614,69	1 145 764,35	416 658,38
Resultado Líquido	(352 567,54)	(331 698,74)	(601 429,09)	416 983,33

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo Fundo, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2020	2021	2022	30/06/2023
Comissão de Gestão	125 260,97	70 269,97	92 974,59	56 040,57
Comissão de Depósito	33 949,12	29 279,10	23 706,92	10 860,51
Comissão de Comercialização	112 382,80	134 683,98	181 279,80	95 816,86
Taxa de supervisão	9 730,83	8 582,85	7 132,81	3 206,40
Custos de auditoria	4 624,80	4 624,80	4 624,80	2 752,29
Comissão de carteira de títulos	906,71	1 022,05	869,00	193,80

(valores em Euros)

Lisboa, 23 de agosto de 2023

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO						PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	2023			2022		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		
		Bruto	Mv	m v/P	Líquido	Líquido			2023	2022	
CARTERA DE TÍTULOS						CAPITAL DO OIC					
21	OBRIGAÇÕES	31 786 341.13	51 423.37	164 435.24	31 673 329.26	35 065 766.64	61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	22 546 017.57	24 179 263.74	
22	AÇÕES						62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	(69 540 100.52)	(68 117 443.08)	
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	89 163 191.03	89 764 620.12	
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS			
25	DIREITOS						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	416 983.33	(455 927.29)	
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	500 000.00			500 000.00			TOTAL DO CAPITAL DO OIC	42 586 091.41	45 370 513.49	
	TOTAL DA CARTERA DE TÍTULOS	32 286 341.13	51 423.37	164 435.24	32 173 329.26	35 065 766.64	48	PROVISÕES ACUMULADAS			
	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0.00	0.00	
31	OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.00	0.00	
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TERCEROS			
	TERCEROS						421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES			
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES						422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES			
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	423	COMISSÕES A PAGAR	28 996.90	32 229.00	
	DISPONIBILIDADES						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDORES	5 112.39	609 832.49	
11	CAIXA						43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS			
12	DEPÓSITOS À ORDEM	4 315 278.90			4 315 278.90	7 164 421.41		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	34 109.29	642 061.49	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	5 958 000.00			5 958 000.00	3 750 000.00		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS						56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO			
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	10 273 278.90			10 273 278.90	10 914 421.41	58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS			
51	ACRÉSCIMOS DE PROV EITOS	173 592.54			173 592.54	32 346.43		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0.00	
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO					40.50		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	42 620 200.70	46 012 574.98	
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS										
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	173 592.54			173 592.54	32 386.93					
	TOTAL DO ATIVO	42 733 212.57	51 423.37	164 435.24	42 620 200.70	46 012 574.98					
Total do Número de Unidades de Participação						452 007.0718	484 750.7154	Valor Unitário da Unidade de Participação		94.2155	93.5956

Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões

O Responsável pela Contabilidade

O Responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE JUNHO 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

CÓDIGO	CUSTOS E PERDAS DESIGNAÇÃO	Período		CÓDIGO	PROVEITOS E GANHOS DESIGNAÇÃO	Período	
		2023	2022			2023	2022
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:		
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	35 148.51	4 866.48	812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	503 966.51	65 878.16
711+714+717+718	De Operações Correntes			811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	41 360.86	1 808.64
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
	COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	193.80	507.47	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	159 665.96	124 406.96	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			832+833+837	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	288 314.34	54 002.79
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	201 213.65	428 533.80	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais		
739	De Operações Extrapatrimoniais				REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
	IMPOSTOS			851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento						
7412+7422	Impostos Indiretos	16 963.63	16 567.30				
7418+7428	Outros Impostos						
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	3 472.83	2 734.87				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	416 658.38	577 616.88				
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	833 641.71	121 689.59
781	Valores incobráveis						
782	Perdas extraordinárias				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores	0.00	0.00
				884...888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0.00	0.00
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	416 983.33		66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		455 927.29
	TOTAL	833 641.71	577 616.88		TOTAL	833 641.71	577 616.88
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	555 724.89	(314 026.80)	D-C	Resultados Eventuais	0.00	0.00
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0.00	0.00	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	433 946.96	(439 359.99)
B-A	Resultados Correntes	416 983.33	(455 927.29)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	416 983.33	(455 927.29)

O responsável pela Contabilidade

O responsável pela Gestão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA JUNHO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 2023-01-01 a 2023-06-30	De 2022-01-01 a 2022-06-30
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	6 362 372.75	3 405 212.26
	6 362 372.75	3 405 212.26
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	7 386 984.70	7 259 881.87
	7 386 984.70	7 259 881.87
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	<u>(1 024 611.95)</u>	<u>(3 854 669.61)</u>
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	1 259 698.20	5 332 386.65
Reembolso de Títulos e outros ativos	30 632 000.00	31 201 034.73
Juros e proveitos similares recebidos	461 928.09	52 450.82
Outros recebimentos da carteira de títulos	24.18	0.61
	32 353 650.47	36 585 872.81
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	31 364 414.15	32 242 156.66
Juros e custos similares pagos	35 148.46	4 866.45
Outras taxas e comissões	217.98	508.08
	31 399 780.59	32 247 531.19
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	<u>953 869.88</u>	<u>4 338 341.62</u>
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS		
Juros de Depósitos Bancários	22 190.70	1 478.47
Outros recebimentos de operações correntes		
	22 190.70	1 478.47
PAGAMENTOS		
Comissão de Gestão	56 338.12	34 892.91
Juros Disp./Emprest.	0.00	149.41
Comissão de Comercialização	97 430.67	66 878.06
Comissão de Depósito	10 983.47	12 487.90
Impostos e taxas	14 321.24	16 374.53
Outros pag. Operações correntes	4 247.18	2 747.58
	183 320.68	133 530.39
Fluxo das operações de Gestão Corrente	<u>(161 129.98)</u>	<u>(132 051.92)</u>
Saldo dos Fluxos Monetários do Período	(231 872.05)	351 620.09
Disponibilidades no Início do Período	4 547 150.95	6 812 801.32
Disponibilidades no Fim do Período	4 315 278.90	7 164 421.41

O RESPONSÁVEL PELA
CONTABILIDADE

O RESPONSÁVEL PELA
GESTÃO

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2023

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Tesouraria Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (Fundo), iniciou a sua atividade em 27 de setembro de 1993. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que das mesmas pretendam fazer aplicações predominantemente no curto prazo e de elevada liquidez.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do Fundo não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 - CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 30/06/2023
		Categoria A	Categoria I	Categoria A	Categoria I				
Valor base	23 095 169.68	3 380 371.11	0.00	3 929 523.22	0.00				22 546 017.57
Diferença p/ Valor Base	(69 064 640.69)	2 982 001.64	0.00	3 457 461.48	0.00				(69 540 100.53)
Resultados distribuídos	0.00								
Resultados acumulados	89 764 620.13						(601 429.09)		89 163 191.04
Resultados do período	(601 429.09)						601 429.09	416 983.33	416 983.33
	43 193 720.03	6 362 372.75	0.00	7 386 984.70	0.00	0.00	0.00	416 983.33	42 586 091.41
Nº unidades de participação									
Categoria A	463 016.5822	67 770.3414		78 779.8518					452 007.0718
Categoria I	0.0000		0.0000		0.0000				0.0000
Valor da unidade de participação									
Categoria A	93.2876	93.8814		93.7674					94.2155
Categoria I	0.0000		0.0000		0.0000				0.0000

Nota 1 - Quadro 3

A evolução mensal do valor do Fundo e do valor da unidade de participação no período de seis meses foi o seguinte:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	42 654 810.06	93.4732	456 332.0240
Fevereiro	42 242 041.08	93.6532	451 047.5675
Março	41 665 377.30	93.6977	444 678.8544
Abril	41 872 498.85	93.8558	446 136.3204
Maió	41 376 003.59	94.0174	440 088.7483
Junho	42 586 091.41	94.2155	452 007.0718

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2023 tem a seguinte composição:

(Valores em €)						
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
PGB Float 23/07/25	20 000	578.54		20 578.54	340.70	20 919.24
BGTB 0% 14/09/2023	393 531	3 773.37		397 304.00		397 304.00
SGLT 0% 08/09/2023	673 232	3 562.89		676 794.83		676 794.83
BUBILL 0% 20/03/2024	417 691	1 651.30		419 342.45		419 342.45
BUBILL 0% 18/10/2023	423 391	2 328.48		425 719.35		425 719.35
PORTB 0% 22/09/2023	891 241	3 287.02		894 528.00		894 528.00
SGLT 0% 08/12/2023	196 753	202.11		196 955.00		196 955.00
Sub-Total:	3 015 838	15 383.71	0.00	3 031 222.17	340.70	3 031 562.87
01.01.03 - Obrigações diversas						
SIEGR 0.375% 6/09/23	394 096	3 576.00		397 672.00	1 224.66	398 896.66
C 2.375% 22/5/2024	197 350		(37.00)	197 313.00	519.13	197 832.13
TOYOTA 0.625%26/9/23	394 762	2 336.00		397 098.00	1 904.11	399 002.11
BMW 0.625% 6/10/2023	689 364	4 980.00		694 344.00	3 212.33	697 556.33
MCD 1% 15/11/2023	394 264	1 640.00		395 904.00	2 498.63	398 402.63
CCEP 2.625% 06/11/23	398 606		(400.00)	398 206.00	6 817.81	405 023.81
UNANA 0.50% 12/08/23	395 896	2 694.00		398 590.00	1 769.86	400 359.86
ACAAP 0.75% 12/05/23	687 080	3 844.50		690 924.50	2 991.78	693 916.28
ISPIM 4% 30/10/2023	350 452		(397.25)	350 054.25	9 358.90	359 413.15
MS 1.75% 11/03/24	343 865	1 085.00		344 949.50	1 874.32	346 823.82
BACR Float 12/05/26	611 081		(14 774.00)	596 307.00	3 584.17	599 891.17
BBVASM Fit 11/26/25	1 817 980	2 531.40		1 820 511.00	7 947.00	1 828 458.00
SANTAN Float 29/1/26	1 501 576		(14 753.50)	1 486 822.50	10 458.67	1 497 281.17
SANTAN Float 16/1/25	200 320	104.00		200 424.00	1 552.92	201 976.92
LLOYDS Fit 21/06/24	908 078		(4 028.00)	904 050.00	1 082.75	905 132.75
BNP Float 07/06/24	1 059 788		(3 975.93)	1 055 811.75	2 970.10	1 058 781.85
HSBC Float 24/09/26	1 220 577		(20 565.00)	1 200 012.00	766.67	1 200 778.67
GS Float 03/19/26	1 345 979	7 342.00		1 353 321.00	1 885.95	1 355 206.95
BAC Float 22/09/26	2 056 564		(40 845.90)	2 015 717.60	2 316.44	2 018 034.04
TD Float 20/01/2025	902 438		(102.90)	902 335.50	6 570.00	908 905.50
ABIBB Float 15/04/24	907 982		(7 037.00)	900 945.00	6 519.38	907 464.38
SRGIM Float 02/08/24	193 700	5 215.00		198 915.00	1 216.67	200 131.67
NWG Float 13/01/2026	503 570		(750.00)	502 820.00	4 485.44	507 305.44
SOCGEN Float 22/5/24	1 204 600	25.76		1 204 626.00	5 577.33	1 210 203.33
SOCGEN Fit 13/01/25	600 300	75.00		600 375.00	4 684.70	605 059.70
IBESM Float 20/02/24	501 332		(677.26)	500 655.00	2 251.67	502 906.67
BNS Float 02/01/24	603 614		(1 829.00)	601 785.00	4 000.00	605 785.00
RY Float 31/01/24	403 360		(2 206.00)	401 154.00	2 838.76	403 992.76
RY Float 17/01/2025	701 152	447.50		701 599.50	5 260.21	706 859.71
NACN Float 01/2/2024	200 794		(269.00)	200 525.00	1 333.33	201 858.33
DAIGR Float 03/07/24	1 403 637	136.00		1 403 773.00	12 120.81	1 415 893.81
ABNANV Float 10/1/25	600 908		(245.00)	600 663.00	4 596.75	605 259.75
T Float 05/09/23	304 292		(3 960.50)	300 331.50	934.27	301 265.77
VW Float 16/11/2024	1 143 095		(27 502.50)	1 115 592.50	6 884.41	1 122 476.91
ACAAP Float 07/03/25	200 130		(53.00)	200 077.00	508.40	200 585.40
ISPIM Float 17/03/25	600 350		(86.00)	600 264.00	835.40	601 099.40
INTNED Float 20/9/23	1 212 756		(11 088.00)	1 201 668.00	1 621.40	1 203 289.40
ORFP Float 29/3/2024	506 647		(3 919.50)	502 727.50	118.17	502 845.67
CM Float 26/01/2024	403 710		(2 434.00)	401 276.00	2 961.20	404 237.20
OPBANK Float 18/1/24	404 010		(2 190.00)	401 820.00	3 432.78	405 252.78
SGOFP Float 18/07/24	200 432		(309.00)	200 123.00	1 387.50	201 510.50
CM Float 09/06/2025	100 017	7.50		100 024.50	241.94	100 266.44
Sub-Total:	28 770 503	36 039.66	-164 435.24	28 642 107.10	145 116.72	28 787 223.82
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Adm. Neg.PN						
01.03.11 - Papel comercial						
BRISA 9ª 3.5%07JUL23	500 000			500 000.00	1 458.33	501 458.33
Sub-Total:	500 000	0.00	0.00	500 000.00	1 458.33	501 458.33
Total	32 286 341	51 423.37	(164 435.24)	32 173 329.27	146 915.75	32 320 245.02

Nota 3 - Quadro 2

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31/12/2022	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30/06/2023
Caixa				
Depósitos à ordem	4 547 150.95			4 315 278.90
Depósitos a prazo e com pré-aviso	5 000 000.00	13 558 000.00	7 600 000.00	5 958 000.00
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	9 547 150.95	13 558 000.00	7 600 000.00	10 273 278.90

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do Fundo será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo Fundo

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao Fundo será imputado diariamente uma comissão de gestão de 0,70% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão, a comissão cobrada anualmente é de 0.475%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do Fundo, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do Fundo constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao Fundo e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do Fundo.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do Fundo.

3. Política de rendimentos

O Fundo é um Fundo de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 12 - EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2023, os prazos residuais até à data de vencimento dos títulos de taxa fixa, incluindo papel comercial, apresentavam a seguinte estrutura:

Maturidade	Valor da Carteira €
De 0 a 1 ano	7 775 698.88
	7 775 698.88

Nota 15 – DIVERSOS CUSTOS IMPUTADOS AO FUNDO NO 1º SEMESTRE DE 2023

Os diversos custos imputados ao Fundos em 30 de junho de 2023 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30-06-2023	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	151 857.43	0.36%
Componente Fixa	151 857.43	0.36%
Componente Variável	0.00	0.00%
Comissão de Depósito	10 860.51	0.03%
Taxa de supervisão	3 206.40	0.01%
Custos de auditoria	2 752.29	0.00%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	10 705.25	0.03%
Outros encargos	720.54	0.00%
Total	180 102.42	0.43%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0.43%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 16 - REMUNERAÇÕES

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2023 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30/06/2023
Órgãos de Gestão	329 434.28
Conselho Fiscal	7 059.54
Colaboradores	529 318.87
Número de colaboradores	31

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Nota 17 – IMPACTOS NO OIC

Face ao contexto de persistência da inflação subjacente, deu-se durante o 1.º semestre do ano, continuidade ao ciclo de subidas das taxas de juro diretoras iniciado em meados de 2022 por parte do BCE embora, tenha-se assistido a uma manutenção da tendência de queda da inflação iniciada ainda no final de 2022.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do Fundo, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do Fundo.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do Fundo.

Lisboa, 23 de agosto de 2023

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** (adiante designado por Fundo), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (adiante designada por Entidade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 42 620 201 euros e um total de capital do fundo de 42 586 091 euros, incluindo um resultado líquido de 416 983 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Tesouraria - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto** em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;

- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do Fundo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas

- incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do Fundo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 2/2015 na sua redação atual (Regulamento da CMVM n.º 2/2015), sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão


Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015

Nos termos do n.º 2 do artigo 42.º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015, devemos pronunciar-nos sobre a utilização consistente dos critérios de valorização do património e das unidades de participação do organismo de investimento coletivo e sobre o cumprimento das disposições quanto a erros de valorização do património do organismo de investimento coletivo.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 25 de agosto de 2023



Ana Gabriela Barata de Almeida,
(ROC n.º 1366, inscrita na CMVM sob o n.º 20160976)
em representação de BDO & Associados - SROC